

Globalização, Estado e Soberania: reflexões.

Professora Mestre Flávia Lages de Castro (Licenciatura em História – UniFOA) –
flavia.lages@foa.org.br

Resumo

O presente artigo discute a globalização, o Estado e a ingerência desta, neste. Busca, com isso, debater o tão propalado fim da Soberania das Nações com o advento da Globalização.

Palavras Chave: Estado Nacional, Soberania, Globalização.

Abstract

The present article argues the globalization, the State and the relation between them. It has for objective, with this, to debate the end of the Sovereignty of the Nations with the advent of the Globalization.

Key Words: National State, Sovereignty, Globalization

1. Introdução

Perplexos diante da velocidade das transformações que sobrepõem a capacidade humana de acompanhá-las, a humanidade se vê em um momento muito especial de sua história. Os que sonharam em ver no início do século XXI discos voadores rondando os céus de nossas cidades, substituindo os carros, atestam que demos enormes saltos tecnológicos, mas não se alcançou a ficção científica. Os que viram um futuro obscuro e deprimente, uma Idade das Trevas, ou começam a perceber que talvez isto não ocorra ou consideram que o futuro, por definição, ainda não chegou.

Mas como o tempo inexorável, não pára, mesmo que uns queiram, o século XXI invadiu nossas vidas e uma nova noção espacial apresentou-se. Alguns têm a nítida impressão que o mundo diminuiu, alguns acham que a humanidade cresceu, tomando conta de todos os espaços possíveis do globo; há ainda os que consideram que a humanidade conseguiu conectar-se de tal forma – com o advento da Internet, com o desenvolvimento dos transportes etc – que as distâncias tornaram-se menos árduas ou, como preferem os mais radicais, diminuíram de fato.

A par de todas as coisas podem-se apresentar algumas questões relevantes: há de fato um fenômeno autêntico, real e independente chamado globalização ou o que é chamado globalização é apenas mais uma forma do velho e não tão bom capitalismo? Sendo a

globalização autônoma ou uma nova face do capitalismo ela tem interferido no Estado ao ponto deste desaparecer ou ao menos se transforma?

Este é o ponto principal e o objetivo primeiro do pequeno debate a que este trabalho se propõe: discutir acerca do Estado atual, o que implica compará-lo a ingerência direta ou indireta do que é conhecido como globalização.

Para buscar debater estas questões o presente trabalho foi dividido em três partes, a saber: a primeira discute o Estado e suas definições porque sem isso tornar-se-ia impossível atender as exigências das indagações acima; depois debateu-se a existência da globalização como um fenômeno autônomo e, por fim, discutiu-se em que medida a globalização interfere no Estado e seu padrão básico – até hoje – que é a Soberania. Esta também foi alvo de dissertação por ser vital esclarecer conceitos antes de incluir qualquer fenômeno em uma análise.

Esta é, por fim, uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual, através de fontes secundárias pode-se, pelo método hipotético-dedutivo, alcançar algumas conclusões que, antes de visar esgotar o tema - o que não seria possível nesta modesta proposta -busca tomar o debate, cuja atualidade e importância é cotidiana, como algo mais próximo e tangível.

2. O Estado

Hoje mais onipresente em nossas vidas do que gostaria a maioria das pessoas, menos do que consideram aceitável os mais radicais, o Estado se apresenta como a única forma de organização que é capaz de mostrar-se suficiente para o desenvolvimento do ser humano em sociedade.

Mas de que Estado estamos falando? Há autores que considerariam esta pergunta inócua, visto que tomam por Estado apenas o modelo apresentado após o advento da Idade Moderna, desconsiderando toda a forma Estatal anterior, porque diferente do modelo atual que começou a ser construído nos fins da Idade Média.

De fato, a palavra Estado aparece somente tardiamente, quando Maquiavel, no início do século XVI começa sua famosa obra “ O Príncipe” com as palavras “todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são repúblicas ou principados” (BOBBIO, 1987, p.65).

O Estado tem então várias definições, sendo duas preponderantes. Pode-se ver o Estado como um agrupamento humano que se organiza sobre um território, ou como um meio de organização normativa, uma força que dá a esta normatização uma obrigatoriedade.

Pode-se, entretanto, somar estas duas definições considerando o Estado como um meio pelo qual a sociedade organizada em um dado território, cria condições, normatizando seu dia-a-dia, para buscar alcançar objetivos ou do grupo que detêm o poder do Estado, ou -

como é mais desejável - como forma de obter meios para a busca de objetivos comuns à sociedade que o compõe.

Esta definição se presta a englobar o Estado como um todo, independente do período histórico que se indica. Entretanto, como mostrado anteriormente, há autores que não consideram o Estado como sendo possível antes do início da Idade Moderna:

Karl Schmidt, diz que o conceito de Estado não é um conceito geral válido para todos os tempos, mas é um conceito histórico concreto, que surge quando nascem a idéia prática da soberania, o que só ocorreu no século XVII. (...) Balladore Pallieri, indica mesmo, com absoluta precisão, o ano de nascimento do Estado, escrevendo que 'a data oficial em que o mundo ocidental se apresenta organizado em Estados é a de 1648, ano em que foi assinada a paz de Westfália (DALLARI, 2000, p. 53).

Mas não estariam eles limitando a definição de seu objeto a características específicas de um momento histórico que não são suficientes para excluir outras formas de Estado? Não seria o mesmo que considerar que o homem não era capaz de organizar indústria somente porque o ser humano inventou, há poucos séculos atrás, uma forma de indústria – a maquinofatura – que o passado desconhecia?

Este equívoco pode ter nascido do fato de que os homens da Antiguidade não pensaram acerca do Estado *da forma* que consideramos suficiente hoje em dia, mas aí está um absurdo muito presente no raciocínio positivo-evolucionista: como impor a quem está morto um modelo que consideramos ideal hoje?

Se o Estado em sua definição básica liga-se à noção de soberania como um ente pensado previamente, de fato a Antiguidade não o conheceu, mas como explicar todas as guerras da Antiguidade, tanto as expansionistas quanto as defensivas senão como uma forma de defesa e dilatação da soberania de um Estado (ainda que Cidade-Estado) ligada a um controle de um território?

E ainda, se o Estado tem por objetivo básico o alcance de metas determinadas por um grupo ou pela sociedade como um todo, o uso, através da própria guerra que os cidadãos da Antiguidade faziam do aparelho estatal é mais óbvio que o que se faz hoje:

Deve-se ressaltar que toda expansão político militar de uma Cidade-estado antiga é um empreendimento coletivo, visando a resolução de suas contradições internas e a obtenção de benefícios e vantagens para a comunidade que permitam amenizar os conflitos de classes no seio da cidadania (GUARINELLO, 1987, p. 10).

Há ainda aqueles que consideram que sempre existiu o Estado e outros ainda que tomam por pressuposto que nem sempre houve Estado mas que este não é característica apenas do mundo moderno.

O que é bastante claro é que a definição do Estado depende exclusivamente dos pressupostos e das características que se leva em conta para determinação deste. Assim, como ensina Bobbio:

A escolha de uma de uma definição depende dos critérios de oportunidade e não de verdade. Sabe-se que quanto mais numerosas são as conotações de um conceito tanto mais se restringe o campo por ele denotado, isto é, sua extensão. Quem considera como elemento constitutivo do Conceito de Estado também um certo aparato administrativo e o cumprimento de certas funções que apenas o Estado Moderno desempenha, deverá necessariamente sustentar que a *polis* grega não é um Estado (BOBBIO, 1987, p. 69).

Tomemos então dois caminhos: um, consideremos o Estado em sua definição geral, já anteriormente dada e partamos do pressuposto, para fins didáticos e de análise que podemos recortá-lo considerando uma de suas facetas, a que mais nos interessa no momento, o Estado Moderno ou Estado Nacional Moderno.

3. Globalização

Quando se trata de uma palavra tão utilizada quanto o é a “globalização”, tratada para tantos fins quanto possíveis torna-se impossível descrever somente um conceito.

O termo em si tem sua origem no trabalho de intelectuais já no século XIX e no início do século XX e nomes como Saint Simon e MacKinder tiveram a primazia de reconhecer que a modernidade estava por integrar o mundo. Entretanto, somente nas décadas de sessenta e setenta, o termo globalização passou a ser efetivamente usado (HELD; MC GREW, 2001, p. 7).

Assim a globalização pode ser entendida como o fato de que os seres humanos (ou alguns deles) têm um mundo menor a explorar porque as distâncias, ao menos psicologicamente, encurtaram-se; ou como uma questão de tempo, que geraria uma visão temporal diferente dos nossos antepassados na medida que a velocidade das técnicas e as necessidades de adaptação a elas estão numa velocidade nunca antes experimentada pelo ser humano.

Poderíamos ainda conceituar a globalização como o faz a mídia, de forma simplista, como a formação de uma “aldeia global” onde os seres humanos, como que enredados em uma teia estariam conectados uns aos outros e, em “tempo real” teriam a possibilidade de experimentar através de seus sentidos vivências distantes.

Além de outras possibilidades, inclusive minúcias culturais que se encarregam de disseminar noções pelo mundo afora, pode-se também ver a globalização do ponto de vista econômico. Este sim, o mais óbvio e mais amplamente sentido e debatido no dia-a-dia.

Do ponto de vista do capital a globalização teria como característica principal à desnacionalização financeira somada ao fato de que o grupo detentor destas finanças desnacionalizadas seriam apátridas do ponto de vista das decisões tomadas por eles.

Em suma, os conceitos acerca da globalização acabam por demonstrar um caminho conclusivo. Em se compreendendo o fenômeno como um todo, pode-se afirmar que globalização seria, a rigor, um fenômeno multidimensional baseado na transnacionalização de fatores tão diversos quanto a economia mundial, demonstrações folclóricas distantes do seu ponto de origem ou, até mesmo, o entendimento em quase todo mundo de que estamos vivendo um tanto mais próximos.

Assim a globalização insere-se na produção, na comercialização, nos fenômenos sócio culturais, no âmbito financeiro e tecnológico. O ato de produzir, hoje em dia, não mais, necessariamente, reflete aquela imagem de uma só indústria, dividindo etapas da produção em um só espaço físico, um produto industrial, muitas vezes, é hoje resultado de diferentes insumos e partes de produtos oriundos de diferentes partes do mundo. Na comercialização pode-se atestar que empresas de vários países, através de contratos de terceirização com comerciantes locais conseguem colocar seus produtos e suas marcas. No que diz respeito aos fenômenos sócio culturais, os mesmos meios que possibilitam grandes transações financeiras – Internet, televisão etc – também auxiliam o contato de indivíduos e culturas pelo mundo.

A questão financeira parece a mais óbvia visto que é quase impossível não perceber a mobilidade mundial e a força que o capital ganhou nas últimas décadas. Por fim, ao se analisar o mundo sob o ponto de vista tecnológico pode-se ver tão nitidamente uma uniformização que, neste caso, é quase impossível não tomar este ponto como um meio e um símbolo da globalização. Mas não somente este ponto deve ser levado em conta. Nas palavras de Held e MacGrew:

A globalização tem sido diversamente concebida como ação à distância (quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter conseqüências significativas para terceiros distantes); como compressão espaço-temporal (numa referência ao modo como a comunicação eletrônica instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação sociais); como interdependência acelerada (entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm impacto direto em outros); como um mundo em processo de encolhimento (erosão das fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica); e, entre outros conceitos, como interação global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional. (HELD; MAC GREW, 2001, p. 11).

As questões que compõe este fenômeno multi dimensional devem ser vistas, como um todo, nunca em partes, pois, caso contrário, acabar-se-ia por encontrar “traços de globalização” até na Antiguidade.

Desta forma, por exemplo, se forem tomados apenas em uma análise a internacionalização do capital, dever-se-ia chegar à conclusão errônea que o capitalismo é um sinônimo de globalização, pois, em essência, este depende de uma constante expansão para sobreviver.

Por este caminho, o termo globalização usado somente quando se pensa em termos de conjunto envolve relações econômicas, comerciais, financeiras, tecnológicas, tecnológicas, sócio-culturais que se apresentam transnacionalizadas em maior ou menor grau, mas de forma presente.

3.1. Globalização: uma nova era ou uma nova forma?

A globalização é um fenômeno que parece ser constatável de maneira tranqüila e unânime por qualquer um que observe e reflita um pouco sobre o mundo que vive-se hoje. Mas esta certeza não é comum, de fato, quando se trata da análise do fenômeno e, até mesmo, da existência do mesmo, atesta-se um intenso debate intelectual através de vários países pelo mundo.

Há uma corrente que identifica a globalização como um acontecimento histórico real e apartado de outros momentos, são os chamados globalistas. De outro lado, há aqueles, chamados céticos que concebem a globalização como apenas uma consequência, uma continuidade de passos já dados pelo capitalismo, indicando que o fenômeno seria apenas uma construção mítica ou ideológica de “valor explicativo marginal” (HELD; MAC GREW, 2001, p. 9).

Ambas as correntes concordam que não se pode negar que há um fluxo global do comércio, do capital e de pessoas e que isto se dá porque, em nossa época, como em nenhuma outra há uma infra-estrutura física (transportes e sistemas bancários), de comunicação (o inglês é utilizado em quase todo o mundo como língua internacional), de normatização no que diz respeito ao mínimo de regras de comércio internacional.

Entretanto, esta tendência a transnacionalização não ocorre da mesma maneira em todos os lugares e ao mesmo tempo, ou seja, fato é que, em havendo a globalização, ela não é global e, tampouco, tem seu ritmo globalizado. Esta é a principal crítica dos céticos: como acreditar em uma realidade histórica apartada de outras anteriores que não respeita a sua própria definição? Se a globalização não é um fenômeno universal não haveria algo de equivocado no próprio conceito ou, até mesmo, em sua existência?

Seguindo o raciocínio dos céticos ao invés de globalização dever-se-ia pensar em termos de internacionalização, visto que para eles há uma desarticulação entre o discurso sobre globalização e a realidade cotidiana, local e dominada por circunstâncias nacionais.

Para esta corrente a globalização seria apenas uma construção ideológica, um mito que convenientemente existiria para explicar o projeto neoliberal – primordialmente anglo-americano – que visa à criação de um livre mercado mundial.

De fato o termo globalização tem sido utilizado amplamente para sustentar determinados mitos que se comparados à realidade demonstram ser somente fábulas. Milton Santos apresenta alguns exemplos:

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento de distâncias - para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. (...) Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço de atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, 2003, p. 19).

Mas o fato de haver mitos invalida o conceito e desmonta a possibilidade de estar havendo um fenômeno chamado globalização? Contrários aos céticos, os globalistas afirmam que o fenômeno é real e palpável. Eles não negam que o discurso da globalização tem sido utilizado para muitos fins, mas afirmam que há uma mudança estrutural real na organização social moderna evidenciada, entre outras formas, pelo crescimento de empresas multinacionais, pela propagação da cultura popular e pelo destaque dado à degradação ambiental do planeta.

A análise dos globalistas não se encerra em uma lógica exclusivamente econômica ou tecnológica, visto que partem do pressuposto que a globalização é um conjunto, mas que, não necessariamente todos os elementos do conjunto têm o mesmo grau de desenvolvimento ou poder de interferência nos outros, assim para eles, as inter-relações entre as escalas diferentes de globalização são consideradas fluidas e dinâmicas.

Os globalistas partem então de uma análise braudeliana do processo histórico. Por esta análise haveria questões históricas que poderiam ser apontadas como sendo de curta duração, de média duração, e de longa duração. Estas últimas possibilitariam uma análise comparativa de fatos históricos apresentando todo um leque de considerações históricas muito mais profundas que qualquer outro tipo de análise (BRAUDEL, 1989, *passim*).¹

Neste sentido os globalistas entenderiam a globalização como um fenômeno de longa duração, com períodos de avanços e recrudescimento desde o descobrimento de novos continentes.

Compreender a globalização contemporânea implica recorrer ao conhecimento do que diferencia essas fases distintas, inclusive o modo como esses sistemas e padrões de interligação global se organizam e reproduzem, suas diferentes geografias e histórias e a configuração mutável das relações de poder inter-

regionais. Por conseguinte, a análise globalista amplia o conceito de globalização, de modo a abarcar a idéia de suas formas históricas distintas. Isso requer um exame de como os padrões de globalização, dentro e entre os diferentes campos de atividade, se comparam e contrastam ao longo do tempo (HELD; MC GREW, 2001, p. 20).

Mas esta análise poderia oferecer maior argumento àqueles que consideram que a globalização é apenas um novo nome para um fenômeno antigo. Levando em consideração que o marxismo considera que o capitalismo, em sua essência, tem uma objetiva lógica expansionista e que necessita desta expansão de capital e novos mercados de forma constante para a manutenção e aumento de lucros e, que sem isso, seria impossível manter o próprio capitalismo; não seria uma análise de longa duração apenas mais um argumento favorável aos que consideram que não há um fenômeno exclusivo de nosso tempo chamado globalização e que esta é somente uma consequência do nascimento do capitalismo do fim da Idade Média? Uma nova forma de Imperialismo?

Não nos parece assim, se algo é causa de outro não quer dizer que ambos sejam a mesma coisa. Sem dúvida há que se encontrar as causas da globalização muito antes do século XX, mas, nem por isso pode-se indicar – como anteriormente já afirmado – que a globalização simplesmente sempre existiu. Existem características e especificidades que são exclusivas deste tempo.

Se for a economia que, como carro chefe pode levar a este erro, o contra argumento pode basear-se também nela. O padrão da economia mundial atualmente encontra-se baseado em uma divisão do trabalho que é, basicamente, multi e transnacional.

Um produto para chegar ao consumidor muitas vezes teve suas partes produzidas em tantos lugares quanto possíveis e, assim, o capital tem que se reordenar de tal forma que possa controlar elementos que antes eram puramente nacionais.

Como forma de exemplo: se no período colonial um grupo tivesse como atividade a produção, ele teria somente que se preocupar em negociar com seu Estado Metrópole, a colônia, como elemento subordinado objetivamente não seria problema. Na época do Imperialismo, no século XIX, também não se teria muito que negociar ou controlar, se um industrial inglês desejasse utilizar a mão de obra barata da Índia, somente as bênçãos do governo inglês eram suficientes.

Hoje em dia, industriais têm, porque buscam sempre a maximização dos lucros através do barateamento da mão de obra e da matéria prima, que lidar com uma quantidade maior de governos e culturas e, embora possam controlar estes fatores facilmente com o poder do capital, a multiplicidade de aspectos que antes não existiam permanecem.

Além disso, há que se levar em consideração a principal característica do capitalismo atual: a maior parte do capital está investido no sistema financeiro, diferente do que ocorria até algum tempo, desta forma não se pode esperar que tenhamos um mesmo modelo ou fenômeno que seja capaz de abranger as causas que geraram modelos anteriores.

Por fim, pode-se concluir que embora o que estejamos presenciando hoje seja apenas mais uma faceta do capitalismo é um prisma totalmente diferente do que foi vivido até hoje e, se o que se tem hoje tem como causa o Mercantilismo, o Imperialismo, a expansão multinacional de empresas, estes elementos em separado – embora parte do mesmo todo vistos por nós o futuro deles – não podem ser considerados como fenômenos idênticos e, portanto unos. Desta forma, a globalização é, ao mesmo tempo, uma nova faceta do capitalismo e um fenômeno inteiramente novo. E, se é utilizada como base para construção de mitos isto não invalida a sua existência real como fenômeno independente.

4. Globalização e Soberania: o Fim do Estado?

A palavra soberania vem do latim *super omnia* ou do baixo latim *supernus*, ou ainda de *supremitas* e em todos os casos o significado último é o mesmo: poder supremo, incontestável, acima do qual (ou equivalente ao qual) nenhum outro está. No conceito simplificado do Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva:

No conceito jurídico, soberania entende-se *o poder supremo*, ou o poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro, não admitindo limitações, exceto quando dispostas voluntariamente por ele, em firmando tratados internacionais, ou dispondo de regras e princípios de ordem constitucional (PLACIDO E SILVA, 2004).(sic)

Mas buscar somente uma definição de soberania, fora dos dicionários, não é tarefa fácil. Há, de início, duas formas de se ver este objeto: o aspecto adjetivo e o aspecto substantivo. Além dessas definições consideradas ético jurídicas, normativistas, coativistas, além de subdivisões da ótica substantiva em positiva e negativa também podem ser encontrados.

No sentido material substantivo é o poder que tem o povo como coletividade humana de se organizar política e juridicamente – formando o próprio Estado, daí nesse sentido a soberania ser considerada como pressuposto básico para este – e de fazer valer, nos limites de seu território a universalidade de suas decisões. Como consequência a definição material torna-se sinônimo de poder de Império.

Outro aspecto a ser considerado é o adjetivo, por este a soberania seria um adjetivo que poderia ser utilizado em consonância com o Estado, seria então, a qualidade “suprema do poder, inerente ao Estado, como Nação política e juridicamente organizada” (FRIEDE, 2000, p. 32).

Poder-se-ia ver também a soberania sob os aspectos que a compõe: a concepção política, a concepção jurídica e a concepção cultural (também chamada de jurídico política). Na concepção política a soberania é o poder incontestável e coercitivo de impor e fixar competências, ou seja, ela seria por esta concepção elemento de expressão básica de plena eficácia do poder. Já a concepção jurídica parte do pressuposto que soberania é o poder de decidir, em última instância, sobre a eficácia de normatividade jurídica (FRIEDE,

2000, p. 33). A concepção cultural, também chamada de jurídico política, é a mesma do sentido material, ou seja, é o poder das decisões no limite da legitimidade imposta pela coletividade humana que o habita com o objetivo de organizar-se jurídica e politicamente.

Diante do exposto pode restar a confusão de que poder, principalmente político, e de que soberania são sinônimos, mas não o são. A soberania é uma das formas de poder político, de fato a que corresponde a sua plenitude. Nesse sentido há vários poderes políticos inerentes ao Estado, mas nem todos são advindos da soberania, mas se um deles o é, torna-se absoluto.

Assim, soberania tem conceitos tão variados quanto o ângulo pelo qual se observa e, ainda, a conceituação se multiplica mais se levarmos em consideração a opinião de vários autores. Para se ter uma noção, segue um quadro inspirado em Reis Friede que indica os vários conceitos de vários autores.

Autor	Ótica	Definição - Soberania
Pinto Ferreira	Ético - jurídica	É a capacidade de imposição da vontade propícia para a realização do direito justo.
Kelsen	Normativista	É a expressão da unidade de uma ordem jurídica.
Clóvis Beviláqua	Coativista	É a autoridade superior que sintetiza politicamente os preceitos do direito, a energia coativa do agregado nacional.
Chimienti	Substantiva	É a fonte da capacidade jurídica do Estado.
Dallari	Adjetiva	É a concepção do poder unificador.
Miguel Reale	Adjetiva	É um fenômeno genérico de poder.
Sahid Maluf	Adjetiva	É o elemento qualificador do governo.
Machado Paupério	Adjetiva	É a característica histórico racional que distingue o poder político.
Orban	Adjetiva	É a plenitude do poder público.
Santi Romano	Adjetiva	É o caráter que distingue o Estado das demais pessoas territoriais.
Pedro Calmon	Adjetiva	É a própria caracterização do Estado perfeito.
Marcello Caetano	Substantiva Positiva	É o poder político supremo e independente.
Gerber	Substantiva Positiva	É o poder de dominação.
Sinagra	Substantiva Positiva	É um poder de fato.
Haurion	Substantiva Negativa	Consiste na idéia de independência que, por sua vez, restringe a noção de limites de poder.

Quadro 1: Indicação de autores, ótica e definição de Soberania por variados autores.

4.1. O Fim do Estado?

Estado e Soberania, como pôde ser visto, estão atrelados de forma objetiva e irremediável. Assim sendo, pode-se questionar: a globalização como se apresenta hoje e a soberania como compreendemos até agora podem coexistir sem haver uma derrocada desta última e, por conseqüência, o fim do Estado da forma como Modernos e Contemporâneos viram e teorizaram?

Desde Engels é bem aceita a noção de que se houve um início para o Estado, haverá para este também um fim; o Estado acabará quando as causas que o produziram desaparecerem (BOBBIO, 1987, p. 126ss).

Tomando a contragosto como paradigma real esta teleologia de que o Estado teve começo, tem ou teve um meio e, portanto terá, obrigatoriamente um fim², seria a globalização o fenômeno capaz de fazer desaparecer as causas que geraram o Estado e, por fim, fazer sumir o próprio Estado? Ou, mais humildemente, a globalização já estaria gerando uma nova forma de Estado, agora com uma soberania relativizada pela conjuntura transnacional?

Como visto anteriormente, quando se trata de Estado, os autores atrelam-no, quase imediatamente a noção de soberania e, em consequência, ancora-se estes dois conceitos ao poder, ao controle, à ordem, em qualquer de seus níveis. Logo, para se começar a responder as questões levantadas aqui é necessário suscitar ainda mais uma: o Estado, hoje em dia, ainda detém o controle de fato?

Se tomarmos o “de fato” da questão acima de maneira ampla, a resposta é não, o Estado não detém mais a Soberania sob praticamente nenhuma das óticas apresentadas no quadro um deste capítulo. Talvez ele seja soberano, ainda, somente sob a concepção de Kelsen, que na ótica normativista considera que a soberania é a expressão de uma unidade jurídica, mas, mesmo assim, teríamos que tomar cada uma das palavras do autor ao “pé da letra”.

A questão toda passa pela independência - ainda que mínima para se considerar uma soberania - no sentido econômico. Qualquer um há de concordar que para se ter o controle da própria vida – seja um indivíduo, um país ou um estado de uma federação – é necessário que se tenha condições e estas passam, antes de tudo, pela possibilidade de auto-suficiência que, por sua vez, necessita de independência econômica.

A globalização impede esta independência. Em um planeta em que o capital não tem domicílio e a riqueza é basicamente oriunda de transações financeiras e não mais reside na produção - esta última sim, obrigatoriamente com algum ou vários domicílios - os antigos meios de controle das políticas econômicas nacionais não mais funcionam. Para G. H. Von Wright: “ a nação-estado parece que está se desgastando ou talvez, ‘definindo’ . As forças erosivas são transnacionais” (WRIGHT *apud* BAUMAN, 1999, p. 64).

Logo, se há um processo em curso de definimento do Estado-Nação porque este baseia-se na idéia de ordem e de controle, não se pode supor, ao menos a princípio, que este simplesmente desapareceu.

De fato, a ordem enquanto controle não parece mais ser de domínio do Estado, porque o controle está pulverizado transnacionalmente através de um sistema financeiro apátrida que baseia-se em empresas cujos “donos” mais apátridas que “suas” empresas, tem por objetivo principal ganhos econômicos obtidos em bolsas de valores pelo mundo, sem sequer ter ou querer ter noção das consequências de seus atos em milhões de cotidianos de seres humanos das várias regiões do planeta.

Parece-nos algo ainda mais cruel – se é que isso é possível – principalmente para as “vítimas”, do que o foi a invasão de multinacionais em meados do século XX nos países “pobres e medianos”. Àquela época uma multinacional ao menos defendia os interesses de seus países de origem, a luta era um pouco mais clara, os interesses eram mais palpáveis.

O que um país pode fazer diante das forças do que é abstratamente é chamado “Mercado”? Um Estado emergente tem que se comportar de forma a se adaptar toda vez que, por exemplo, sobe ou desce sua “avaliação de risco”. Esta serve como parâmetro para o tal Mercado e é feito por firmas privadas inter ou transnacionais. Antes, éramos levados a reboque, mas por interesses visíveis de outras nações reais com nome e localização geográfica.

Assim, ao menos a nível econômico, não se pode falar que a Soberania dos Estados não esteja profunda e, por enquanto, irremediavelmente afetadas pela globalização.

5. Conclusão

Tem-se visto que o vínculo que era exclusivo entre território e poder político personificado no Estado tem se mostrado ou, para os mais otimistas, mais fraco que nunca, ou como figura do passado visto que teria se rompido. A gestão governamental tem-se mostrado cada vez mais como uma “importação” de necessidades que são “compradas” como sendo suas, do que realmente um ente cujo objetivo seja o bem comum.

O que parece mais estranho, embora recorrente na História, é que a globalização cria imensos problemas econômicos, sociais e políticos (que infelizmente, pela proposta deste trabalho não foi possível abordar) e é na própria estrutura da globalização que os países buscam a solução destes problemas. Mas isto não é o pior...

Assombra o fato de que tem-se cada vez mais presente em discursos – dos mais complexos aos mais simples – uma ideologia que tende para o totalitarismo que busca convencer que não há outra ou outras alternativas e até agora esta estratégia tem tido sucesso... O mundo está cada vez mais global... não há volta... os países que detêm a hegemonia não irão nunca perdê-la. Não há como dormir sossegado com isso...

Sem dúvida a globalização é uma parceira do capitalismo, mas não é apenas o capitalismo, é algo mais e nem por isso melhor. O envolvimento de tantas nuances quantas possíveis em nível global nem sempre auxilia em curto prazo o capitalismo, mas este sempre se beneficia enquanto dado infra-estrutural do que a globalização possibilita.

Fato é que o Estado que a princípio eram o principal instrumento de acumulação de capital que estava à mão da burguesia no início da Idade Moderna tem tido suas estruturas abaladas pela mesma necessidade que antes era resultado de sua garantia. “Tudo que á sólido se desmancha no ar” dizia Marx ao indicar que havia sempre em cada momento histórico o germe que o destruiria. Assim o Estado soberano tal como sonhou-se mais que realizou-se nos séculos XIX e XX é solapado e, por conseqüência, não pode ser visto com os mesmos olhos.

Mas se persistir o questionamento sobre o fim do Estado e o fim da Soberania deste é possível concluir que *este* Estado, *esta* Soberania, não mais interessa ao capitalismo globalizado, muito pelo contrário, é um problema que, gradativamente está sendo “resolvido”, mas esta resolução pode não ser pelo fim definitivo destas formas, até porque não se apresentaram novas formas possíveis e cabíveis a nível mundial.

Se assim é Soberania e Estado devem caminhar juntos apenas na definição de um determinado *tipo* de Estado que, muito provavelmente não será possível com o andamento político – econômico que hoje se apresenta. Mas futurologia não é uma ciência...

6. Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. **Uma lição de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1990.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário jurídico**. 24. ed. atual. Nagib Slaib Filho; Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- FRIEDE, Reis. **Curso de teoria geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1987.
- HELD, David; MC GREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹ Sobre a história de longa duração Braudel afirma: “Sim, prefiro a história comparativa, que é para mim a história segundo a longa duração. Se eliminarmos os acontecimentos, os homens que atraem um pouco

demais as luzes da história tradicional, se não levarmos em conta as flutuações econômicas, políticas, etc., ficamos em presença de uma história profunda que se deforma muito lentamente; de modo que a história de longa duração apresenta espetáculos que não são tão estranhos uns aos outros e que podemos comparar entre si.” (p. 59.)

² Isto é feito a guisa de exercício teórico porque, para nós, qualquer teleologia na história ou na projeção para o futuro é tola e resultado de crenças ideológicas e religiosas somente.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

CASTRO, F. L.. Globalização, Estado e Soberania: reflexões. Cadernos UniFOA , Volta Redonda, ano 2, nº. 3, mar. 2007. Disponível em:

<<http://www.unifoa.edu.br/pesquisa/caderno/edicao/03/43.pdf>>